

A abordagem da orientação Sexual na prática: o exemplo de uma escola pública de Belo Horizonte.¹

Introdução

Este artigo busca promover uma reflexão acerca do cumprimento da proposta de orientação sexual contida nos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs. Através de uma breve investigação realizada em uma escola estadual de nível Fundamental e Médio de Belo Horizonte, procuraremos discorrer e refletir sobre a maneira como o tema “orientação sexual” é tratado na escola, especialmente no que diz respeito às identidades sexuais e de gênero.

Portanto, torna-se relevante inicialmente, discutir alguns conceitos que contribuirão tanto para o entendimento da temática na atualidade como para a proposta e aplicação dos PCNs.

Algumas questões pertinentes.

Desde as últimas décadas do século XX, a temática do “gênero e sexualidade” passou a ganhar maior visibilidade na cultura brasileira. Isso é resultado da convivência das pessoas com novas identidades culturais e sociais, o que culminou na quebra das barreiras dos tabus identitários. Apesar disso, o cenário de exclusão e privação das identidades ditas como subordinadas permanece até os dias de hoje. Mas foi nesse período, que diversos movimentos sociais procuraram expor seus pontos de vista em relação à questão, ou seja, o país estava sendo marcado pela manifestação de diferentes políticas de identidades. Pode-se dizer então, que essa conjuntura abriu espaço tanto para o convívio de novas identidades como para a exclusão das mesmas.

E neste contexto, a escola, enquanto instituição formadora de indivíduos passou por várias mudanças quanto à abordagem da sexualidade no decorrer dos anos. De acordo com Altmann (2001), a educação sexual surgiu na escola por volta dos anos 20 e 30, quando as crianças e adolescentes mudaram seus discursos sobre a sexualidade. Neste momento, os ditos “desvios sexuais” não mais eram encarados como crimes, e sim como doenças. Logo, a escola

¹ Artigo apresentado à disciplina optativa “Corpo, gênero e sexualidade” do curso de Ciências Sociais da PUC - Minas, ministrada pelos professores: Alessandra Chacham e Alexandre Teixeira.

passou a ser considerada um importante instrumento de intervenção preventiva, mas principalmente de produção de comportamentos socialmente considerados normais.

Dentro de uma perspectiva histórica, a inserção da educação sexual formal nas escolas enfrentou altos e baixos. Só em meados da década de 60, escolas públicas passaram a desenvolver experiências efetivas de educação sexual. Mas entre idas e vindas, com restrições da Comissão Nacional Moral e Civismo em 1970, e a prevalência do discurso de que a família é a principal responsável pela educação sexual, foi só em 1993 que a escola foi realmente vista como um importante mecanismo de informação sobre sexualidade. No entanto, a Educação Sexual como temática obrigatória nos Currículos Escolares surgiu associada à dimensão epidêmica. Ou seja, a educação sexual nas escolas estava totalmente vinculada à prevenção da proliferação da AIDS, das demais doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez na adolescência.

É evidente que a educação sexual no Brasil tem muito a evoluir, em decorrência da necessidade de se fomentar os aspectos multiculturais e multiidentitários da sociedade. Mas isso não significa que se deve abandonar a educação preventiva, pois, a escola é um espaço social eficaz de veiculação de informações acerca de métodos contraceptivos e de doença sexualmente transmissíveis (DSTs). Neste ponto de vista, Furlani (2005), questiona a educação brasileira, considerando-a como uma prática de “ocultamento” explícita nos currículos escolares. Ou seja, o encobrimento da multiplicidade de diferenças culturais e o não-reconhecimento pedagógico do aspecto político das identidades hegemônicas e subordinadas, bem como a atuação de seus sujeitos.

É relevante ressaltar, portanto, que o currículo educacional não se resume apenas às disciplinas e conteúdos, como também inclui outros saberes que circulam na escola, como a questão do “gênero e sexualidade”. Logo, a escola deve ser uma arena de conflitos, na medida em que promove a discussão de novos significados culturais e a contestação de modelos excludentes, pois, a mesma escola que reforça a exclusão social e nega a diferença, pode se tornar ao invés disso, um lugar de questionamento e reflexão. Ou seja, o discurso do sexo na escola deve ser visto como um complexo de controle sobre os indivíduos, em que “o dispositivo da sexualidade perpassa espaços escolares, instaura regras e normas, estabelece mudanças no modo pelo quais os indivíduos dão sentido e valor a sua conduta, desejos, prazeres, sentimentos e sonhos”. (ALTMANN, 2001, p.584). Assim, a escola deve buscar a utilização de mecanismos positivos de poder, visando produzir sujeitos autodisciplinados no que se refere à maneira de viver sua sexualidade, e não através de proibições e punições.

Os currículos educacionais são definidos pelos PCNs que são diretrizes elaboradas pelo Governo Federal para orientar a educação no Brasil. Nas escolas públicas a adoção dos parâmetros é obrigatória. A orientação sexual está contida nos temas transversais e por isso é uma meta a ser alcançada pelas escolas, mas nem sempre é trabalhada corretamente. Nos PCNs, a sexualidade é entendida como “algo inerente, necessário e fonte de prazer na vida” (ALTMANN, 2001, p.580), bem como um invariante histórico, na medida em que perpassa todas as culturas, ainda que se manifeste nestas de maneiras diferentes. Dada a importância da sexualidade em todas as sociedades, a orientação sexual na escola, segundo os PCNs, deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que objetiva transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade. Deve englobar algumas temáticas como relações de gênero, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada na adolescência, abuso sexual, métodos anticoncepcionais, a diversidade de crenças e valores inseridos em cada sociedade, etc., contribuindo para a superação de tabus e preconceitos. Espera-se que essa intervenção, segundo informações do Ministério da Educação, ocorra em âmbito coletivo, distanciando-se de um trabalho individual, psicoterapêutico, e aproximando-se de dimensões sociológicas, psicológicas e fisiológicas da sexualidade. Deve-se também se diferenciar da educação familiar e possibilitar a discussão de diferentes pontos de vista.

Mas, deve ficar claro que os PCNs partem do pressuposto de que a escola sozinha não é capaz de suprir totalmente a orientação sexual de um indivíduo, uma vez que a família, a mídia, o contexto sociocultural também contribuem para a educação sexual.

Para Altmann (2001), afirmando que para que sejam atingidos os objetivos sugeridos pelos PCNs, o tema da orientação sexual deve penetrar em toda a área educativa, através de conteúdos nas diversas áreas do currículo e sempre que surgirem questões relacionadas ao tema.

A abordagem da Orientação sexual em uma escola pública de Belo Horizonte.

Tendo em vista todas essas informações e discussões sobre a orientação sexual nas escolas e sua relevância para a formação de crianças e adolescentes conscientes, apresentaremos os resultados de nossa breve investigação realizada em uma escola estadual de ensino fundamental e médio de Belo Horizonte, sobre como a temática da orientação sexual é trabalhada.

Metodologia

Quanto a metodologia, utilizamos da abordagem qualitativa porque, esta diz respeito aos estudos relacionados aos significados, representações sociais e psíquicas, pontos de vista, vivências, experiências de vida e analogias dos indivíduos. (NOGUEIRA; MARTINS, 2004). Preferimos utilizar a entrevista por se tratar de uma técnica que “contempla uma série de questões que vão desde a fidedignidade do informante ao lugar social do pesquisador” (MINAYO, 1996, p.109), e os dados conseguidos através de entrevistas expressam maneiras de pensar, idéias, crenças, opiniões, sentimentos, condutas e comportamentos, enfim, dados subjetivos. Especificamente utilizamos a entrevista em profundidade que possibilita o entendimento da questão de forma mais abrangente e detalhada. Para realizar a entrevista foi necessário preparar um tópico guia que possibilitou ao entrevistador uma orientação para os fins e os objetivos da pesquisa, dando espaço para o entrevistado falar de forma livre, mas direcionando para as questões centrais da investigação.

A entrevista foi realizada com um professor que leciona a disciplina Biologia no ensino médio e Ciências no ensino Fundamental, na Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade, localizada na cidade de Belo Horizonte - MG. O entrevistado é responsável juntamente com outros três professores pelo programa de Orientação Sexual-Programa Afetivo Sexual (PEAS) nessa mesma escola. Segundo o entrevistado, a escola atende de 1500 a 1800 alunos.

A abordagem da Orientação sexual na escola

Segundo o informante, o governo federal ofereceu a todos os professores de escola pública um curso de capacitação, onde foi possível conhecerem a proposta dos PCNs e receberem manuais de instrução sobre o assunto. Também foram realizadas reuniões na escola, no formato de qualificação, que capacitou um grupo de alunos para discutirem e abordarem a orientação sexual na escola. O critério para a escolha do grupo é baseado no grau de comprometimento e interesse desses alunos e não há um número determinado de componentes. Atualmente, a escola não possui um grupo de alunos para a execução das atividades. Segundo o entrevistado todos os professores têm a liberdade de analisar o método de qualificação oferecido pela Secretaria de Educação e demonstrar sua percepção sobre ele.

As atividades pedagógicas na escola em relação à orientação sexual, são realizadas através da utilização de vídeos, dinâmicas de grupo, perguntas e respostas e dinâmicas corporais. Além disso, a temática também é tratada com a utilização de kits de educação

sexual, e quando disponível, o laboratório de ciências. Segundo o professor, os kits contêm o aparelho reprodutor feminino e masculino e materiais para dinâmicas: como bola, imitador de sabonete, chuveiro, barbante, enfim, materiais para descontração. As discussões não se concentram em uma determinada questão. São os alunos que trazem as demandas a serem trabalhadas.

Uma das dinâmicas consiste em se instalar uma armação de chuveiro onde os alunos interpretam um banho. Da-se atenção para o banho em si, ou seja, que partes do corpo o aluno lava durante o banho. Em geral não lavam as partes íntimas. *“A função da prática é desinibir. Não sendo vulgar e permitido tocar as partes íntimas”*, pois os alunos são doutrinados pelo viés da proibição a não tocar as partes íntimas. O entrevistado explica que tenta mostrar que não é preciso ter diferença de gênero quanto à sexualidade, pois as meninas geralmente são mais contidas quando o assunto é conhecer as partes íntimas, mas, assim como o menino, elas também precisam se conhecer. O ensino Fundamental demanda mais informações sobre os órgãos genitais, já no ensino médio, o tema mais recorrente é a gravidez. Neste ponto da fala do entrevistado, nota-se que a proposta do PCNs foi cumprida, uma vez que prevê que a educação sexual seja realizada de forma interativa, abordando temas atuais divulgados na mídia, e ainda, deve ser tratado de forma coletiva, e não de caráter de aconselhamento individual nem psicoterapêutico, sendo assim trabalhado dentro do limite da ação pedagógica, não invadindo a privacidade ou o comportamento de alunos e professores.

Segundo o professor, as atividades voltadas para Identidades sexuais e de Gênero partem do pressuposto de que *“O aluno é um indivíduo que têm direitos e um dos seus direitos é a OPÇÃO. Ele pode optar sexualmente.”*. *“Temos que aceitar as diferenças.”*. Mas, nota-se que nessas atividades a escola ainda precisa evoluir, uma vez que tem o papel de se constituir um local de reflexão dos novos significados atribuídos às práticas ditas como subordinadas, permitindo a estas, sua própria ressignificação. (FURLANI, 2005).

Nessa perspectiva, o PEAS traz uma nova proposta de abordagem, como explica o professor: *“O programa sendo novo, enfrenta resistência. Mas ele consiste em pegar um grupo de alunos, prepará-los para passarem o programa – Afetivo sexual. Eles são os transmissores e vão aplicar as dinâmicas nos alunos com uma linguagem mais acessível”*.

No discurso do entrevistado nota-se que o novo é visto com grande resistência dentro da escola, e este, se constitui como um forte aliado ao fracasso do programa. O professor relata que os colegas de profissão que não estão diretamente relacionados com o PEAS resistem em permitir que os alunos capacitados apliquem as dinâmicas e transmitam o

conhecimento, talvez por medo e insegurança, já que nem sempre os professores responsáveis pelo programa podem supervisionar as atividades. Mas o entrevistado comenta que o professor é responsável pela sala de aula em que está e talvez por isso exista o receio.

Outro obstáculo é o fato dos trabalhos estarem vinculados ao governo do Estado de Minas Gerais, que começa e finaliza, não garantindo a continuidade do programa. Segundo o entrevistado, o governo do Estado abandona a escola, que fica sem verba, sem incentivo, sem apoio, logo, sem possibilidade de dar continuidade ao trabalho iniciado. Neste ponto, notamos que as propostas do PCNs são impedidas de serem cumpridas, uma vez que este prevê que a orientação sexual deve ser realizada de forma continuada, possibilitando contribuir para o conhecimento e a valorização dos direitos sexuais e reprodutivos, possibilitando o acesso a informação e a reflexão dos alunos, desenvolvimento da autonomia e capacidade crítica sobre sua própria sexualidade.

As atividades na Escola Carlos Drummond de Andrade são planejadas da seguinte maneira: os professores envolvidos na temática apresentam um projeto de abordagem com suas devidas justificativas à Secretaria de educação. Quando aprovado, é enviada a escola uma verba para a compra de material adequado para as dinâmicas.

Apesar da escola não possuir atualmente um grupo de alunos capacitados para a orientação sexual, os professores envolvidos no PEAS, especialmente os que lecionam Ciências e Biologia, abordam em suas aulas, questões relacionadas a órgãos, doenças, métodos contraceptivos, além de questões sociais e afetivas como compromisso, amizade, respeito e responsabilidade. Afinal de contas, como afirma o entrevistado, *“Sexualidade não é simplesmente chegar e ter relações sexuais. Sexualidade está além disso.”*. O entrevistado relata que ainda é preciso “quebrar o silêncio”, pois muitos professores têm vergonha de falar do assunto para os alunos, pois julgam se tratar de um assunto íntimo.

Mas, mesmo com os esforços dos professores da escola Carlos Drummond de Andrade em abordar a temática da orientação sexual e as atividades terem atingido em parte os objetivos propostos, o que se vê na escola são alunas grávidas que evadem e alunos pais que abandonam a escola para trabalhar para sustentar o filho que está pra chegar. Cerca de 10 a 15 alunos passam por essa situação atualmente na escola. Portanto, *“as atividades não aconteceram da forma como gostaríamos”*.

O professor entrevistado explica que as dificuldades em implantar o programa não surgem apenas da parte dos educadores. Muitos alunos também não recebem bem a proposta de orientação sexual, pois, trazem de casa uma doutrina cristã e a idéia dos pais de que os

professores estão ensinando os filhos deles a terem relação sexual. Por isso, muitos alunos, especialmente os mais novos, levam o assunto na brincadeira. Já os mais velhos, demonstram interesse e encaram com seriedade a abordagem, uma vez que percebem que seus corpos já estão em mudança. “*Os alunos já se vêem, praticamente, fazendo sexo.*” Dessa forma, eles não querem cometer o mesmo erro que o irmão ou o vizinho tiveram na adolescência. “*Eles querem se precaver*”.

Quanto à abordagem das novas identidades sexuais e de gênero o cenário é muito mais complexo. Segundo o relato do entrevistado, os alunos não respeitam o homossexual, e alguns dos alunos já se assumem como tais. Para o professor, as meninas têm menos preconceito (praticamente nenhum), já os meninos se sentem constrangidos e tem mais preconceito. No entanto, pode-se dizer que o clima é harmônico, sem agressão. São relativamente poucos os casos de agressão verbal, que se retêm a falas como: “Bicha”, “Você não dá de nada”, “mulherzinha”. O professor relatou um caso de desrespeito a um colega homossexual, que julgou está sendo discriminado por um professor, quando na realidade estava sendo desrespeitado pelos colegas, mas transferiu a revolta para o professor. O caso foi esclarecido na diretoria. Entre os profissionais, um aluno homossexual é tratado com o devido respeito, desde que também respeite o profissional. Logo, percebe-se que a escola atendeu, neste caso, as expectativas do PCNs, que orienta em questões pessoais que demandem atenção e intervenção individuais, o atendimento separado do grupo pelo professor ou orientador e poderá ser discutido um possível encaminhamento para atendimento especializado. (PCN, 2009).

É importante destacar a percepção do entrevistado quanto às questões relacionadas à orientação sexual. Segundo o professor, sexualidade compreende “*todas as ações de relacionamento interpessoal*”. Homossexualidade é “*quando o indivíduo tem afinidade sexual por um indivíduo do mesmo sexo que ele*”. Heterossexualidade seria para ele, “*quando o indivíduo tem afinidade com o sexo oposto ao dele*”. E a importância em se abordar a temática da orientação sexual na escola é descrita por ele em três pontos: os conceitos básicos introduzidos geram respeito; o aluno é preparado como cidadão, ou seja, como uma pessoa que respeitará o próprio corpo e o do próximo, e que não cometa o erro de ser pai ou mãe na adolescência sem estarem preparados financeira e psicologicamente e; a possibilidade de se melhorar a relação dos alunos entre si e entre os alunos e os professores. Os pais nesse processo deveriam, segundo o entrevistado, atuar em conjunto com a escola e a sociedade na orientação sexual, mas a maioria nem toma conhecimento do que está acontecendo na escola e

transferem para ela toda responsabilidade de conversar com as crianças e adolescentes sobre o assunto.

Conclusão

A investigação realizada na escola Carlos Drummond de Andrade, evidenciou alguns dos diversos obstáculos enfrentados para a implementação de uma nova forma de abordagem da orientação sexual nas escolas. Em decorrência de questões pessoais, por parte dos alunos, dos pais e dos professores, a temática ainda é impedida de ser discutida pelas barreiras estabelecidas pelo preconceito, desinformação e tabus cristalizados. Embora existam professores dispostos a refletir com seus alunos a orientação sexual, o trabalho é bloqueado por falta de verbas. Isto demonstra uma grande deficiência na educação pública do Brasil, o que contribui para o desestímulo dos professores e a pouca instrução e evasão dos alunos. Mas essa pesquisa evidenciou principalmente, o grande vazio existente nas abordagens relacionadas às novas identidades sexuais e de gênero. Ou seja, o tema é pouco tratado e embora se foque na necessidade do respeito mútuo, ainda há muito a se evoluir nesse sentido.

Referências Bibliográficas

ALTMANN, Helena. **A orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Revista de Estudos Feministas. N.2, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** apresentação dos temas transversais- ética. MEC/SEF. Brasília, 1997. Disponível em: <www.fefisa.com.br/pdf/pcn/1a4_vol08.1_temas_transversais_apresentacao.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2009.

BRASIL. MEC. **Parâmetros curriculares nacionais.** Orientação Sexual. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000045.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2009.

FURLANI, Jimena. Políticas Identitárias na educação sexual. In: GROSSI, Mirian et al (orgs.) **Movimentos sociais, educação e sexualidades.** Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

MINAYO, Maria Cecília. **O Desafio do conhecimento:** Pesquisa qualitativa em saúde. 4 ed. Hucitec-Abrasco. São Paulo- Rio de Janeiro, 1996.

NOGUEIRA, Maria C. F.; MARTINS, Claudia M. B. **Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde.** Saúde soc. vol.13 n.3 São Paulo Sept./Dec. 2004.